

Novas Migrações e Assentamentos no Extremo Sul do Brasil

Tanya M. de Barcellos*

CONTEXTUALIZANDO O PROBLEMA

Este artigo discute questões relacionadas à problemática migratória do Rio Grande do Sul¹. Seleccionamos o município de Bagé, enquanto campo exploratório para abordar novas configurações do fenômeno migratório no Estado. Isto porque esse município foi afetado pela presença de um número expressivo de assentamentos de agricultores sem terra, que lá se implantaram a partir dos anos de 1988 e 1989, trazendo para a reflexão uma realidade que inverte a tendência "tradicional" de migração com sentido rural-urbano, destacando fluxos migratórios orientados para o campo e impulsionados por movimentos sociais.

Queremos chamar atenção para o fato de que importantes segmentos da população vêm expressando uma forte negação da migração em direção às cidades como solução para a carência de terra e de trabalho agrícola. Ferrante (1995), em suas considerações sobre assentamentos rurais no Brasil, acentua o caráter inovador desse fenômeno, enquanto recriação da opção pelo rural, que deriva de uma proposta de resistência, e que é conquistada a partir de uma luta social.

Por outro lado, os movimentos sociais do campo, enquanto estratégias de resistência desenvolvidas pelos pequenos produtores face à desarticulação imposta pelo capital às suas condições de reprodução, poderiam se constituir em fatores relevantes na composição da dinâmica demográfica atual, em função da alteração que provocam em áreas rurais muitas vezes escassamente povoadas.

ANOTAÇÕES SOBRE A DINÂMICA DEMOGRÁFICA DE BAGÉ NO PERÍODO RECENTE

O município de Bagé apresentou, entre 1980 e 1991, um crescimento popu-

lacional situado um pouco acima da média do RS, tendo obtido a maior taxa de incremento da região da Campanha Meridional, onde está localizado². A taxa geométrica de crescimento foi de 1,58% a.a., enquanto no Estado em conjunto ela alcançou 1,48% a.a. Entre 1991 e 1996 a taxa relativa ao crescimento populacional do município ainda se manteve acima da média estadual, sendo que os dados preliminares do último Censo apontam uma redução desse ritmo entre 1996 e 2000, ficando a taxa abaixo da média estadual. Esta queda provavelmente se relaciona com a perda de território que se verificou com as emancipações dos distritos de Candiota e Hulha Negra ocorridas em 1992.

O processo de emancipação desses distritos encontra substrato nas transformações que ocorreram recentemente nessa área. No caso de Candiota, a instalação da Usina Candiota II, ou Usina Termelétrica Presidente Médici, cuja obra de ampliação, que conformou a segunda fase de sua implantação, começou a funcionar em 1986, alterou o perfil econômico e social do município. Também a implantação de sete assentamentos entre 1988 e 1990, contribuiu nesse processo. No que se refere à Hulha Negra, a grande mudança se deu com a instalação de 14 assentamentos de agricultores sem terra entre 1988 e 1992, abrigando 326 famílias³.

Não podemos considerar Bagé como área de atração, embora venha mantendo um certo ritmo de crescimento, que no quadro regional do RS é demonstrativo de um poder de retenção populacional. Uma parte dessa capacidade deve seguramente ser atribuída à sua função terciária, destacando-se o fato de sediar um campus universitário, da Universidade da Campanha (URCAMP), que recebe alunos de toda a região sul do Estado.

A perda recente dos distritos de

Candiota e Hulha Negra desloca para a região próxima uma parte das condições de atratividade de Bagé. Os novos municípios, considerando os resultados preliminares do Censo de 2000, tiveram incremento superior à taxa média de crescimento populacional do RS e muito maior que o índice obtido por Bagé. Em especial Candiota se destacou, com índice de 3,0% ao ano entre 1996 e 2000, enquanto no Estado esse foi de 1,39%.

As trocas populacionais ocorridas na região de Bagé, informação que nos possibilitaria ter uma idéia acerca da procedência dos fluxos migratórios que chegaram ao município, só puderam ser examinadas no panorama das migrações dos anos 70, uma vez que não tivemos acesso aos micro-dados do Censo de 1991, a partir dos quais poderíamos construir uma matriz com a origem e o destino dos migrantes.

Na década de 70, a região da Campanha recebeu 15.787 migrantes, sendo que os municípios de origem mais freqüente foram os da própria região. Considerando o município de Bagé isoladamente, observamos que os migrantes que lá chegaram no período saíram, em sua maioria, da região da Campanha, em especial da Campanha Meridional e Central. Devemos enfatizar o caso de Nonoai, localizado no norte do Estado, numa região de predomínio da pequena produção agrícola, que foi lugar de saída de 730 migrantes cujo destino foi a área rural de Bagé (IBGE, 1980). Em 1978, foi instalado em Bagé o assentamento Nova Esperança, com pequenos agricultores procedentes daquele município, tendo sido inclusive constatado pelo recenseamento de 1980 um crescimento de população rural no município (Secretaria..., 1994).

No período entre 1991 e 1996, os dados da Contagem Populacional do IBGE apontaram o ingresso na Região da Campanha de 30.717 migrantes e de 5.900 somando

Bagé e os distritos emancipados. Embora esse levantamento não possibilite a localização da origem dos fluxos, não podemos minimizar o volume dessa migração, particularmente se considerarmos que o sul do Estado vem se caracterizando, há décadas, por um baixo dinamismo econômico.

As informações disponíveis, embora muito limitadas, nos permitiram constatar alterações na dinâmica populacional da região, embora pelo seu impacto numérico não cheguem a constituir um fenômeno com forte significado demográfico.

MUDANÇAS NO PANORAMA DOMINADO PELO LATIFÚNDIO

Nesse tópico, realizamos uma abordagem qualitativa das mudanças provocadas pela implantação dos assentamentos de agricultores sem-terra, e do cenário que pode emergir da implementação de uma política de reforma agrária mais generalizada.

Isto foi feito com base fundamentalmente em entrevistas realizadas com lideranças significativas de diferentes segmentos sociais locais⁴.

A análise do material coletado nos depoimentos evidenciou, em termos gerais, que existe, para grande parte dos entrevistados, uma relação clara entre as migrações na região e a implantação de áreas de assentamento de agricultores, marcada inicialmente pela instalação da Colônia Nova Esperança, em 1978, constituída por agricultores procedentes de Nonoai, e num segundo momento pelo surgimento dos demais assentamentos a partir de 1989.

A região como um todo apresenta densidade demográfica muito baixa, o que destaca a mudança que a ocupação da terra por assentamentos provoca. O latifúndio ocupa muito pouco trabalho, o que não acontece no caso da pequena propriedade. Podemos ter uma idéia sobre esses diferenciais de ocupação através de exemplo muito elucidativo trazido pela entrevista com o técnico da Cooperativa dos Assentamentos: "... esse assentamento no município de Jóia, numa área que era da Varig, hoje tem 233 famílias, e antes tinha 12 pessoas que tocavam toda a atividade. A Varig produzia soja e milho basicamente, mas com 12 trabalhadores ela praticamente cultivava, plantava, colhia, contratando mão-de-obra em períodos específicos...".

As repercussões do fenômeno da redistribuição da terra são avaliadas de modo bastante distinto conforme o segmento social considerado. Os membros do empresariado, incluindo o representante dos grandes proprietários, entendem que a produtividade é muito baixa nos assentamentos, com sérios prejuízos para a economia regional. Na sua visão, se a reforma agrária for conduzida nesses moldes, ela não deverá provocar aumento da produção primária. Os demais entrevistados levantaram uma série de pontos positivos, que são elementos importantes para pensarmos a problemática da região.

A alteração do perfil produtivo da área e a mudança na estrutura fundiária, ambos repercutindo em incrementos de produtividade numa região onde dominam os latifúndios, foram aspectos apontados. O desenvolvimento do associativismo é outra decorrência da implantação dos assentamentos lembrada pelos entrevistados, bem como o aumento do poder de barganha político que representou a maior circulação de dinheiro na região. Finalmente, aparecem questões que dizem respeito à contribuição que essas experiências vêm trazendo na melhoria das condições de vida dos agricultores e na construção de sua cidadania. Sob esse aspecto, ressaltam duas conquistas. Uma delas é a confecção de documentos, levada a efeito quando os agricultores são assentados, constituindo fato muito significativo, pois, segundo as informações levantadas nas entrevistas, cerca de 30% a 40% deles não possuíam carteira de identidade até então. Isto, evidentemente, representa a inclusão, na vida social e política, de pessoas que simplesmente não existiam. A outra é o acesso à escola que se abre para os filhos desses agricultores. Muitas vezes, a partir de sua organização, conseguem a instalação de uma escola na proximidade do assentamento.

Em síntese, a visão dominante se encaminha no sentido de enfatizar as repercussões do fenômeno não somente em seus aspectos econômicos, mas igualmente no campo político e social. O caráter redistributivo e associativo, que está expresso na experiência que transformou a produção da área, tem evidentemente desdobramentos no plano político, pois recoloca o peso dos diferentes segmentos

e grupos na estrutura social e na disputa por recursos econômicos.

Foi ainda apontado um problema de ordem cultural, relacionado com a implantação dos assentamentos, que é a sensação de estranhamento da população local frente aos novos habitantes, vindos de outras regiões do Estado, que chegam a ser vistos como "intrusos". Esta observação deve ser complementada com outra que ressalta o sentimento do assentado, que muitas vezes deseja voltar à sua localidade de origem, fato que pode ocorrer quando surge oportunidade de "trocar" o lote⁵.

Com relação à idéia manifestada por representantes dos grandes proprietários e empresários sobre a pequena importância dos assentamentos na economia local, é importante o cotejo com parâmetros mais objetivos de avaliação.

Alguns dados relevantes podem ser encontrados em Relatório da FAO, de 1992. Este documento indica, entre outras coisas, que houve, em geral, uma capitalização da ordem de 206,49% em relação ao capital inicial após três anos de assentamento (FAO/PNUD, 1992), o que nos dá uma idéia sobre o potencial de alteração das condições de vida dos agricultores e das condições econômicas da propriedade. O mesmo documento mostra ainda que ocorre um processo de integração da produção originada nos assentamentos aos mercados, e uma geração de renda familiar que em média é superior à média da renda que pode ser obtida pelas demais categorias de trabalhadores rurais.

Estudo feito por técnicos da EMATER agregam informações importantes sobre as alterações que ocorreram na economia local com a implantação de assentamentos. Relativamente ao que se verificava antes na área ocupada pelos assentamentos de Hulha Negra e Candiota houve um aumento significativo da receita, que era de US\$ 531.967,25, em torno de 1990, nas propriedades rurais anteriores, ficando em US\$ 1.772.263,47, em 1994, nos assentamentos, mudança acompanhada por uma diversificação da produção, frente ao quadro dominado pela pecuária e pela orizicultura (Lovatto, Oliveira, Folador, s.d., p.4).

Essas novas condições incidem sobre o quadro migratório regional, pois em grande parte representam fatores de manuten-

ção de população em áreas rurais, podendo até configurar-se como fatores de atração, tendo em vista, de um lado, as características que marcavam aquela sociedade em décadas anteriores e, de outro, a existência de uma pressão por terra nas áreas agrícolas do Estado.

Estão afinadas com esta análise algumas manifestações que aparecem nas entrevistas sobre o papel dos assentamentos na ocupação de regiões onde a densidade populacional era muito baixa. Além do próprio povoamento feito pelas famílias assentadas, a sua instalação começa a atrair outras atividades, como o comércio e os serviços, mudando a feição de áreas antes praticamente vazias.

As possíveis repercussões, no Estado e na região, da aplicação mais ampla de uma política de reforma agrária são vistas dentro do mesmo arcabouço de compreensão utilizado para avaliar a implantação dos assentamentos. Para os empresários, o resultado do processo de intervenção nas atuais estruturas de propriedade fundiária será desastroso para a economia agropecuária, caso seja conduzido nas mesmas bases em que vem sendo levada a política de assentamentos.

A leitura que os demais entrevistados realizam sobre a implementação de uma reforma agrária é idêntica à idéia que constroem sobre os assentamentos: seria fator positivo de transformação, no sentido de romper com a "cultura" do latifúndio, extremamente atrasada e improdutiva. Não obstante, foi levantada a crise estrutural da agropecuária no Estado como um fator que interfere nas possibilidades que poderiam se colocar com esse processo de mudança.

Sobre a questão do latifúndio, lembramos que existe uma enorme concentração de posse da terra na região sul do Estado. Em Bagé, segundo dados apresentados por técnicos da EMATER, relativos a levantamentos do IBGE e do INCRA (1980/1986) 10,88% das propriedades com mais de 500 hectares detinham 71,68% da área territorial do município (Lovatto, Oliveira, Folador, s.d., p. 1).

Não é supérfluo fazermos uma referência sobre os possíveis desdobramentos na configuração dos movimentos migratórios que teria um aprofundamento da crise da agropecuária que o Estado, e mais par-

ticolarmente a região sul, vem enfrentando. O crescimento dos fluxos de sentido rural-urbano, com uma nova onda de concentração demográfica nas cidades, seria a faceta mais evidente.

COMENTÁRIOS FINAIS

Sobre as transformações decorrentes da implantação de assentamentos de agricultores sem-terra, acreditamos que são muito significativas as rupturas que tais experiências estão provocando em estruturas sociais muito consolidadas, que marcaram as configurações econômicas, sociais e políticas do sul do RS desde a sua formação. A implantação de um novo perfil produtivo, a emergência de novas relações sociais, o surgimento de novas forças políticas, e a mudança que se observa nas condições de vida dos agricultores assentados, são fenômenos novos que se desenvolvem ao lado das tradicionais grandes propriedades voltadas para a produção pecuária. Eles introduzem na área condições de atratividade que de alguma maneira se contrapõem aos fatores anteriormente dominantes e que estavam nas bases da expulsão populacional que se registrava. Isto tudo adquire maior dimensão quando nosso olhar se volta para as perspectivas que se abrem no caso de uma implementação ampla da reforma agrária, já que o sul do Estado constitui uma "fronteira agrícola" em função das atuais características de aproveitamento do seu potencial produtivo. Segundo Alonso, Benetti, Bandeira (1994), no sul do Rio Grande do Sul:

" (...) existe um gap entre renda efetiva e renda potencial agropecuária. A possibilidade de se trabalhar com escalas médias de produção maiores e a disponibilidade de recursos naturais permitem apontar a Região Sul como a fronteira agrícola estadual - mais especificamente para a produção de grãos" (p. 111).

A reforma agrária já tem uma longa história de avanços e recuos no país, com ensaios de intervenção extremamente polêmicos e conflitantes. Sua implementação, se encaminhada de forma ampla e profunda, pode ser um fator significativo de mudança, interferindo na economia e na dinâmica demográfica do Estado.

* Tanya M. de Barcellos é Mestre em Sociologia pela UFRGS e Pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística do Estado do RS (FEE).

NOTAS

1. Este texto é uma releitura de um dos capítulos de trabalho apresentado no I Encontro Nacional sobre Migração, ocorrido em Curitiba, entre 12 e 14 de novembro de 1997 (Barcellos, 1997).
2. Para a abordagem do crescimento populacional, trabalhamos com dados censitários, adotando as taxas geométricas de crescimento populacional como indicadores aproximados da atração e expulsão, de acordo com os procedimentos usualmente definidos nos estudos sobre o assunto (IBGE, 1988).
3. Esses dados foram extraídos de Barcellos (1995) e referem-se a levantamento dos assentamentos existentes entre 1978 e 1994.
4. Foram entrevistados: um representante dos ruralistas, um do segmento comercial e industrial, dois técnicos da EMATER, um professor da Universidade, o coordenador técnico da Cooperativa dos Assentamentos do Rio Grande do Sul, e duas lideranças ligadas ao executivo do município de Hulha Negra na época do levantamento (1996/1997).
5. Segundo relatório da FAO/PNUD (1992) sobre os assentamentos de agricultores no Brasil, os percentuais de desistência em geral não são muito elevados, ficando em torno de 20%, sendo que há coincidência entre o abandono e os estratos de renda mais baixos. O relatório aponta ainda que nas regiões Sul e Sudeste os índices de desistência foram os menores do país. As informações que levantamos mostram que uma parte das vendas ocorre entre colonos, ou seja, beneficiários originais vendidos para agricultores sem terra das redondezas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, José A. F.; BENETTI, Maria D. e BANDEIRA, Pedro S.
(1994) *Crescimento Econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas*. Porto Alegre: FEE.
- BARCELLOS, Tanya M. de
(1995) Migrações no sul: caminhos para terras e cidades. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia. Defendida em Dezembro de 1995.
- BARCELLOS, Tanya M. de
(1997) Novas migrações no RS: os casos de Uruguaiana e Bagé. I *Encontro Nacional sobre Migração - ABEP/GTMigração*, IPARDES. 12 a 14 de novembro de 1997, Curitiba, Paraná. Anais.
- FERRANTE, Vera L. Botta
(1995) A aventura de pesquisar assentamentos rurais: dilemas da multidisciplinariedade e do pluralismo teórico. In: ADORNO, Sergio (org.) *A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, pp. 105-116.
- FAO/PNUD
(1992) *Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Ref. Agrária*. Brasília, FAO.
- IBGE
(1980) *Tabulações especiais do Censo Demográfico do Censo de 1980*.
- IBGE
(1988). *Brasil: uma visão geográfica nos anos 80*. Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE.
- LOVATTO, Paulo Alberto, OLIVEIRA, Claudiomiro, FOLADOR, Luiz Carlos
(s.d.) *Assentamentos na Fronteira do Rio Grande do Sul: a experiência de Candiota e Hulha Negra*. EMATER (mimeo).
- SECRETARIA do Planejamento Territorial e Obras
(1994) *Caracterização dos municípios de fronteira*. Porto Alegre (mimeo).